

## **PLANTAS EXÓTICAS, POPULAÇÕES NATIVAS: humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral**

Annelise Caetano Fraga Fernandez<sup>1</sup>

Rogério Ribeiro de Oliveira<sup>2</sup>

Marcia Cristina de Oliveira Dias<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo descreve a paisagem agrícola e florestal de uma unidade de conservação de proteção integral - o Parque Estadual da Pedra Branca-, levando em conta as disputas territoriais que se estabelecem entre espaços de produção e de conservação da natureza. Nossa intenção é fornecer novos referenciais de interpretação da paisagem a partir de princípios socioambientais e da agrobiodiversidade que resgatam o papel do manejo humano sobre a natureza, na domesticação de plantas e animais e para a produção de variedade das espécies. O reconhecimento dos processos de co-evolução das sociedades humanas com o meio natural nos oferece um convite à colaboração interdisciplinar e a superação de fronteiras antes rigidamente estabelecidas entre as ciências naturais e as ciências humanas. Permite também a construção de um plano mais horizontal de relacionamento entre a produção do conhecimento científico aquele produzido pelas populações locais. Defendemos que embora existam critérios objetivos para a classificação de humanos e não humanos que podem ou não permanecer em UCs, em ambos os casos, princípios jurídicos e ecológicos devem considerar a historicidade

---

<sup>1</sup> Professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: annelisecff@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor associado do Departamento de Geografia da PUC-Rio e membro do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio e de Engenharia Urbana e Ambiental, da PUC-Rio/Universidade de Braunschweig. E-mail: rro@puc-rio.br.

<sup>3</sup> Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: marcia.cristina1964@gmail.com.

da paisagem, assim como valores, práticas e conhecimentos locais que “tornam nativos” plantas, homens e animais.

**Palavras-chave:** paisagem; humanos e não humanos; populações nativas; populações tradicionais; unidades de conservação; conflitos socioambientais.

**Abstract:** This article describes the agricultural and forest landscape of an integral protection conservation unit – the Pedra Branca State Park–, taking into account the territorial disputes established between areas of production and nature conservation. Our intention is to provide new landscape interpretation references from social and environmental principles and agrobiodiversity that rescue the role of human management on nature, the domestication of plants and animals and for the production of variety of species. Recognition of co-evolution processes of human societies with the natural environment offers us a invitation for interdisciplinary collaboration and overcoming borders before rigidly established between the natural sciences and the humanities. It also allows the construction of a more horizontal relationship between the production of scientific knowledge and the one produced by local people. We argue that although there are objective criteria for the classification of humans and non-humans that may or may not remain in protected areas, in both cases, legal and ecological principles should consider the historicity of the landscape, as well as values, local practices and knowledge that “become native” plants, humans and animals.

**Keywords:** landscape; human and non-human; native populations; traditional populations; protected areas; environmental conflicts.

## Introdução

Os sistemas agrícolas são formados pelas plantas e animais, objetos, alimentos e o espaço. Seu manejo ao longo do tempo produz uma paisagem híbrida, fruto da interação entre a intencionalidade humana e os devires humanos e não humanos (SILVEIRA, 2009, p. 85). As respostas culturais e biológicas reciprocamente determinadas conformam a paisagem e registram, tal qual um documento, as formas pretéritas e atuais do trabalho humano. Assim, a paisagem é um conceito bastante adequado ao entendimento da relação sociedade  $\times$  natureza. Polissêmica por origem, a paisagem pode

também ser considerada como uma estrutura espacial que resulta da interação entre os processos naturais e as atividades humanas. Ao associar ações passadas e presentes, a paisagem constitui-se uma categoria do espaço que é um produto da co-evolução das sociedades humanas com o meio natural (NAVEH, 2000) ou, em outras palavras, uma manifestação espacial da relação homem-ambiente (CRUMLEY, 1994).

A paisagem do Maciço da Pedra Branca, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, conta a história de diferentes ciclos agrícolas e extrativistas: da cana de açúcar, do café, da laranja e da extração de carvão. À exceção do primeiro, eram atividades feitas por populações secundárias em relação à economia central. O conjunto dos usos feitos por essas populações representou uma significativa transformação do bioma da Floresta Atlântica, principalmente no que se refere à atual existência de extensas áreas florestadas. Ainda que esta transformação tenha se dado em escalas muito amplas, muito pouco deixaram em termos de documentação escrita acerca da história da formação da paisagem. Dispõe-se, por um lado, de documentação farta sobre a história do vencedor histórico (o dono de engenho, o fazendeiro de café), mas pouquíssima sobre a história do vencido (as etnias indígenas, as populações interioranas, quilombolas, caiçaras etc.). Esta história pode ser resgatada de duas formas: se encontra na memória de seus atuais moradores ou inserida na paisagem. Esta constitui, portanto, um “documento”, explicitado pelas numerosas marcas encontradas no interior das florestas. Uma dessas marcas é a ocorrência de inúmeras espécies vegetais exóticas ao bioma da Mata Atlântica. Algumas destas espécies persistem sob a forma de exíguas populações; outras são os cultivos agrícolas que se entremeiam pelas encostas florestadas do Maciço da Pedra Branca.

Na atualidade, a produção de caqui e banana (ambas espécies exóticas) se destaca como atividade econômica que ainda mantém a agricultura de base familiar no local. A produção de outros alimentos orientados ao mercado e ao autoconsumo, em conjunto com esses dois

produtos, formam um sistema agrícola desenhado pelos caminhos, pelas roças, os animais de transporte, as cangalhas, jacás, ferramentas, técnicas, as moradias de pau-a-pique dos sítios, etc. Esta paisagem agrícola, no entanto é pouco conhecida pelos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, já que ela se realiza em um território que foi transformado no Parque Estadual da Pedra Branca em 1974.

Esse desconhecimento se justifica por três razões. A primeira é o fato de que a criação do Parque e as restrições da legislação ambiental à ocupação humana e ao manejo estimularam o abandono de muitos cultivos. Aqueles que permaneceram, passaram a coexistir com as florestas. O segundo fato, deve-se à diminuição da atividade agrícola no Maciço, causada pelas transformações nas relações de produção de mercado e que alteraram a paisagem e a importância desta agricultura para o abastecimento da cidade. Consolidando este processo, a alteração do zoneamento da cidade e o fim das áreas rurais no município contribuíram para a valorização do solo urbano e crescente ocupação urbana e conseqüentemente, a invisibilização da agricultura. Por fim, a terceira razão, é de natureza simbólica. No imaginário social, os parques são santuários da vida silvestre, espaços livres da permanência e do uso direto dos homens. As florestas “intocadas” correspondem à principal representação imagética vinculada aos parques. Essa representação dominante antecede e orienta a apreensão e interpretação da paisagem do Maciço da Pedra Branca, fornecendo uma moldura para a compreensão da realidade.

Na grande maioria dos processos de criação de áreas protegidas<sup>4</sup> no Brasil, os territórios a serem protegidos têm sido considerados espaços vazios de relações sociais e uma vez determinado o estatuto da proteção, predominam os valores universais e científicos de conservação da natureza. Posteriormente, se dá o ocultamento e a criminalização das práticas

---

<sup>4</sup>Utilizamos aqui o termo área protegida em referência aos parques e outras categorias de proteção criadas no Brasil desde a década de 1930, mas que a partir dos anos 2000 passaram a ser denominadas unidades de conservação (UCs) erigidas pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

socioeconômicas previamente existentes.

Na verdade, todo processo de criação de áreas protegidas deve ser compreendido como um artefato cultural (BARRETO FILHO, 2001, p. 30), ou seja, não é fruto de valores fixos e atemporais de conservação da natureza, mas possuem um contexto histórico específico. Segundo este autor, não basta compreender as propriedades genéricas do ambiente biofísico, mas as concepções ambientais, projetos e orientações políticas vigentes em certos períodos e que se aplicam a circunstâncias locais. Uma vez criada a área protegida, não se apagam os usos previamente estabelecidos, mas em geral, de forma conflituosa, estes produzem novas formas de apropriação material e simbólica do território. Os processos de desterritorialização e reterritorialização (*sensu* HAESBAERT, 2004) impostos pela criação desses espaços protegidos ganham materialidade na paisagem assim como nas suas formas de percepção e apreensão.

O presente artigo tem como objetivo descrever sucintamente a paisagem agrícola e florestal do Maciço da Pedra Branca, levando em conta as disputas territoriais que se estabelecem entre espaços de produção e de conservação da natureza (SILVEIRA, 2009). Nossa intenção é fornecer novos referenciais de interpretação da paisagem a partir de princípios socioambientais e da agrobiodiversidade que resgatam o papel do manejo humano sobre a natureza, na domesticação de plantas e animais e para a produção de variedade das espécies. O reconhecimento dos processos de co-evolução das sociedades humanas com o meio natural nos oferece um convite à colaboração interdisciplinar e a superação de fronteiras antes rigidamente estabelecidas entre as ciências naturais e as ciências humanas. Permite também a construção de um plano mais horizontal de relacionamento entre a produção do conhecimento científico e aquele produzido pelas populações locais.

### **Exóticas, exóticas-invasoras e nativas**

Ao relativizarmos as fronteiras entre o que é cultural e natural na paisagem do Maciço da Pedra Branca, perguntamos: o que deve ser protegido nesta área protegida? Responder a esta pergunta implica na adoção de critérios de classificação que determinam o que pode e o que não pode estar ali. Até o presente momento, a resposta a esta pergunta pelos órgãos ambientais fluminenses tem se dado pela ótica da ciência da conservação - nem sempre ciência, mas muitas vezes, valores, concepções com apelo científico aplicado por gestores. Segundo esta ótica autointitulada como científica não apenas os homens devem ser retirados, mas também algumas plantas e animais, caso sejam considerados exóticos ou exóticos invasores devem ser removidos das áreas protegidas. A possibilidade de permanência nesses territórios se dá com base em critérios de classificação que assumem um formato jurídico e de verificação técnico-científica sobre a origem e permanência de humanos e não humanos. Por esta ótica a historicidade da paisagem e suas decorrências para o ecossistema são igualmente negligenciadas.

Com base nos referenciais da Antropologia, concordamos com Prado (2003, p. 221) que a metáfora exótico-nativo, no contexto das unidades de conservação, é irresistível pelas muitas possibilidades analíticas que esta promove. Seja pela ideia primeira que esta oposição remete, de que o homem não pertence à natureza, seja pelo fato de que as categorias de alteridade; de inclusão-exclusão: invasor-nativo, os de fora e os de dentro, os estabelecidos e os *outsiders* (ELIAS, 2000), constituem o próprio substrato da vida social e, portanto, objeto de estudo primeiro da Antropologia e da Sociologia. No primeiro caso, chama atenção que o homem concebido como um ser apartado do mundo natural precisa conquistar o estatuto de pertencimento e vínculo com um dado território (por meio de categorias jurídicas e científicas) para tornar-se nativo<sup>5</sup>. Ainda que esses dispositivos jurídicos sejam resultado de

---

<sup>5</sup>O uso da definição *populações nativas* (vigente no Rio de Janeiro a partir de lei estadual n. 2.393 de 1995) é um instrumento jurídico que garante a essas populações, residentes há

importantes lutas sociais, estes acabam por impor critérios objetivos (de origem, de tempo) para a conquista de direitos territoriais que não dão conta da riqueza de categorias locais para definir a experiência compartilhada de grupos sociais em seu lugar.

No segundo caso, é interessante pensar, inspirado nos autores clássicos da Sociologia e Antropologia, que os critérios de oposição e alteridade estabelecidos na vida social fornecem também os princípios de classificação da natureza. Durkheim e Mauss (1978) ao dedicarem-se ao estudo das representações sociais demonstram como as formas de classificação das plantas e animais expressam valores que vêm da vida social: religiosos, mágico-simbólicos e das relações dos homens entre si, ou, como diria Bourdieu (2006), critérios de di-visão social. Existiriam, portanto, diferentes sistemas de classificação da natureza, de acordo com as formas de organização social e representações de cada sociedade. Entendemos, sob esta lógica, que para os diferentes grupos sociais, plantas e animais podem ser úteis ou nocivos, sagrados, daninhos, selvagens ou domésticos, exóticos e invasores. E, finalmente, sendo a ciência moderna uma entre tantas formas possíveis de conhecimento e classificação da realidade, produz critérios de classificação que expressam em alguma medida valores e questões de uma época e, por conseguinte, as soluções a serem encaminhadas. Podemos lembrar neste sentido, como o tema da evolução, no século XIX, foi um tema presente na vida social e partilhado pelas ciências humanas e pela Biologia, dando origem a teses sobre o surgimento e destino da humanidade e também sobre a evolução das espécies naturais.

O fato é que os critérios de classificação já em curso na vida social atribuídos a plantas e animais e que buscam atender necessidades de

---

mais de 50 (cinquenta) anos, em unidades de conservação, o direito real de uso das terras ocupadas desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados. Em termos legais, contudo, esta categoria ainda é fragilmente reconhecida em UCs de proteção integral. Já em 2000 foi introduzido na lei 9.985 (2.000) SNUC o termo *populações tradicionais*. De acordo com esta Legislação a permanência das chamadas populações tradicionais em UCs de proteção integral é permitida de modo apenas provisório.

diferenciação, exclusão – inclusão, utilidade, de modo dinâmico e relacional, quando aplicados no contexto de unidades de conservação assumem um formato cristalizado na forma de legislações e estudos técnico-científicos para definir o que deve ou não estar ali. No caso dos humanos, esses critérios têm sido definidos por meio do reconhecimento de grupos como tradicionais ou nativos (no caso fluminense), no caso das plantas e animais, estes são informados por estudos ecológicos.

Mas, não se trata de questionar aqui os pressupostos científicos que determinam o que é exótico, exótico invasor ou nativo, mas sim, problematizar o fato de que critérios objetivos das ciências se apoiam sobre um conjunto de valores socialmente construídos. Nas palavras de Barreto Filho (2001), a ciência é um artefato cultural, muito menos estável ou universal do que gostaria de ser.

No caso em questão, queremos chamar atenção para o fato de que todo este debate tem sido feito sob a influência de valores do conservacionismo, aqui definido como uma concepção antagônica da relação homem-natureza, e que defende sistematicamente a criação de espaços integralmente protegidos das interferências humanas. Sob este enquadramento, pouco interesse tem sido dado às pesquisas sobre a contribuição ou efeito do manejo humano sobre a biodiversidade e, também têm sido desprezadas as formas de conhecimento dos homens sobre as plantas e sua importância material e simbólica na subsistência dos grupos, exceto quando estes são utilizados para critérios de validação científica.

Antonio Carlos Diegues (2002), em sua obra referencial *O mito moderno da natureza intocada*, faz uma crítica contundente ao modelo de conservação baseado na criação de parques ou como ele define: ilhas de conservação da natureza. Em primeiro lugar porque esconde o fato que tais espaços já vinham sendo manejados pelas populações humanas há milhares de anos e em segundo, porque acaba justificando que fora desses espaços a destruição pode se realizar sem contestação.

Numerosas populações se viram impedidas de reproduzir seu modo de

vida e relações tradicionais com a natureza, porque seu lugar virou um parque (DIEGUES e NOGARA, 1994). Passaram a observar, com perplexidade, que neste mesmo espaço – no qual doravante não podem permanecer em vista do impacto atribuído a sua presença – se dá a construção de centros de visitação, áreas de lazer para uma coletividade diferente daquela que caracterizava a sua comunidade (FERNANDEZ, 2011, p. 147).

Um morador do PEPB manifesta o processo de inversão em que moradores que habitavam previamente o território a ser protegido e sob esta lógica, nativos, passaram a ser tratados como “invasores”, ao afirmar que: “não foi a gente que entrou no parque, mas o parque que entrou na gente”. Prado (2003, p. 227) também destaca que, aos olhos da população da Ilha Grande<sup>6</sup>, exóticas são as atividades de turismo e as interferências dos órgãos ambientais e que tem como objetivo educá-los e civilizá-los ecologicamente.

A partir do imaginário conservacionista, estabelece-se um jogo de alteridade, de inclusão e exclusão que antecede o debate propriamente técnico-científico sobre o que é nativo ou exótico/invasor em espaços protegidos. Populações nativas tornam-se invasoras e seus saberes locais são desconsiderados. Para que reconquistem o estatuto de nativos, precisam comprovar seu direito de permanência no território, pelo reconhecimento formal do título de população tradicional e ou nativa. A pesquisa científica e o turismo, tidos como atividades intrínsecas aos parques, tornam “nativa” a presença de caminhantes, excursionistas e pesquisadores vistos como portadores de uma consciência ambiental que os moradores do lugar não possuem.

É portanto neste contexto político e ideológico que se estabeleceram as primeiras medidas de controle de plantas invasoras em parques estaduais fluminenses, realizadas a partir de 2007 no Parque Estadual da Ilha Grande. Nesta ocasião, foi iniciado um projeto de retirada de bambus e o

---

<sup>6</sup> Localizada na Região da Costa Verde no estado do Rio de Janeiro. Nesta localidade foi criado em 1971, o Parque Estadual da Ilha Grande.

anilhamento<sup>7</sup> de jaqueiras. O caso é retratado por Prado e Catão (2010) ao descrever a grande indignação da população local, seja pela forma pouco participativa de como o projeto foi implantado, seja pela desconsideração do ponto-de-vista dos moradores sobre o tema e de suas formas históricas de apropriação material e simbólica dessas plantas. Em acordo com esta autora, que descreve com detalhes o caso e fornece inclusive as justificativas ecológicas para a retirada das plantas (2010, p. 86), voltamos a insistir que não questionamos aqui as premissas ecológicas que determinam esta ação, mas o modo como o processo foi conduzido, desconsiderando as populações locais como parte integrante daquele ambiente e por conseguinte, o estatuto de ilegitimidade a que foram relegadas as formas de conhecimento local.

Posteriormente, em abril de 2014, também na Ilha Grande, iniciou-se a derrubada de palmeiras imperiais da Praia Preta, na Enseada da Praia do Abraão. Foram derrubadas seis das quatorze palmeiras ali existentes. Diante da polêmica da retirada das árvores centenárias, o diretor de Biodiversidade e Áreas Protegidas do INEA, Guido Gelli, determinou a interrupção imediata de novos cortes, alegando desconhecimento sobre as ações<sup>8</sup>. Em reportagem do jornal O Globo, o diretor argumenta:

Uma árvore desse tipo tem não apenas valor botânico, mas histórico, cultural e emocional. Passei seis anos cuidando de palmeiras imperiais, no Jardim Botânico. Acho que, no mínimo, essa não é a prioridade da Ilha Grande. Quando a gestão do parque estiver 100%, a gente discute isso. Eram árvores centenárias, algumas com 40 metros de altura. O coco, por exemplo, é exótico. Mas já imaginou nossas praias sem água de coco? Defendo que se faça controle da proliferação dessas espécies, mas não atitudes radicais que só colocam a comunidade contra o órgão ambiental — diz Guido (ALENCAR, 2014, n.p.).

A suspensão do corte de palmeiras revela a discordância entre os

---

<sup>7</sup> "Técnica de descascamento do tronco em formato anelar, que faz com que ela morra" (PRADO e CATÃO, 2010, p. 87).

<sup>8</sup> O diretor da DIBAP/INEA assumiu o cargo em um contexto de mudanças políticas do quadro de dirigentes da Secretaria Estadual do Ambiente durante o período eleitoral em 2014. Quando ele assume a DIBAP, portanto, a iniciativa de retirada das palmeiras já estava em curso.

técnicos sobre as formas de controle de plantas exóticas. A controvérsia pode ser orientada em parte por diferentes perspectivas de formação profissional, mas também como vínhamos discutindo, por distintos vieses políticos e ideológicos. A fala do recém-empossado diretor da DIBAP chama atenção pela perspectiva socioambiental, ao incluir no debate sobre a conservação, a preocupação com os vínculos daquela população com as plantas e seus produtos. Há também na citação uma referência implícita ao conceito de paisagem como elemento também merecedor de proteção. Apresentados todos esses elementos, o que esta situação põe em evidência é que a avaliação objetiva sobre os danos ecológicos causados pelas palmeiras não torna evidente ou justificável sua extirpação. Cabe perguntar qual o contexto político e ideológico que torna possível pensar a eliminação de palmeiras-imperiais. Em outras palavras, os critérios científicos estão imunes ao julgamento e critérios de distinção que plantas e animais assumem para diferentes grupos sociais?

O artigo de Araújo e Silva (2010) aborda a questão das pragas e doenças que se desenvolvem nas palmeiras, mas sua derrubada não consta nas formas de solução do problema. De acordo com esses autores, o título “imperial” atribuído à *Roystoneaoleraceae*, remete a conteúdos de nobreza e de identidade nacional. Segundo eles (2010, p. 26), uma das lendas mais populares sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro é de que esta palmeira foi plantada pelo próprio D. João, originando daí sua denominação comum de palmeira-imperial e também devido a sua exuberância e porte. Neste sentido, pode-se compreender como o episódio de sua retirada trouxe componentes de forte violência simbólica. A controvérsia revela também que mesmo os atributos objetivos atribuídos às palmeiras são avaliados de forma relacional e não fixa. Isto vale tanto para os princípios ecológicos que consideram a interação das palmeiras com outras espécies em ambientes específicos (ilhas, UCs, Jardim Botânico), mas vale também para as categorias sociais de classificação de plantas e animais. Isso explica o fato de que no Jardim Botânico essas são cuidadosamente tratadas como elemento

icônico de sua paisagem e símbolos de nosso passado imperial e, na Praia Preta, elas podem ser derrubadas. Inspirada em Mary Douglas (2010), podemos dizer que a noção de pureza e impureza não são atributos fixos, pois aquilo que é considerado puro, pode em outro momento ser considerado impuro, pelo fato de ser posto em outro lugar.

Na sede do Parque Estadual da Pedra Branca foram anilhadas, sem alarde, algumas jaqueiras. Embora nenhuma outra ação deste tipo tenha sido efetivada, são constantes as ameaças de retirada dos cultivos agrícolas de bananas e, junto com eles, seus produtores. Assim, na reportagem do Jornal G1 de 27 de maio de 2011, lê-se: "Imagens mostram plantação ilegal de bananas em parque ambiental no Rio". Nesta matéria, o entrevistado e responsável pela Coordenadoria de Combate aos Crimes ambientais, José Maurício Padrone, afirma:

“Existe um projeto, o projeto vai terminar no final do ano e a secretaria vai indenizar essas pessoas que estão lá, e vai acabar com a banana, com essa plantação de banana, e plantar mudas de Mata Atlântica nativa daquela região”, disse José Maurício Padrone, da Coordenadoria de Combate aos Crimes ambientais (G1, 2011, n.p.).

O projeto citado é na verdade o plano de manejo, que em sua fala, parece ser o instrumento (que nesta ocasião sequer estava pronto) que finalmente fornecerá a justificativa técnica para a remoção dessas “pessoas” e de suas plantações. Há nesta fala a referência implícita à banana como planta exótica. A criminalização dos produtores, com base em princípios da Legislação Ambiental e dos valores conservacionistas (FERNANDEZ, 2014) oculta a história da ocupação do Maciço da Pedra Branca. Aos olhos do leitor fica a impressão de que sobre uma área florestada, houve a invasão de pessoas e de cultivos agrícolas. Historicamente esta dicotomia não existe: a atual floresta avançou sobre as áreas utilizadas para lavouras e a fabricação do carvão.

Ao reconstituirmos brevemente como este debate se realiza na arena

pública<sup>9</sup>, queremos demonstrar como o tom da imagem, se positivo ou negativo sobre esta questão, já produz enquadramentos para o encaminhamento das soluções. Neste caso, trata-se do tema da permanência humana em UCs, marcada por uma clara concepção de separação entre espaços de produção e de conservação, e que reforça o discurso da invasão dos homens e suas plantas.

Nossa proposta, é portanto fornecer novos enquadramentos para esta questão, desnaturalizando leituras dominantes na mídia e no discurso oficial a respeito de como o Parque Estadual da Pedra Branca veio a ser o que é, e reconstituir as formas históricas de manejo e formação de seus sistemas agrícolas. Começamos, portanto, pelo resgate da presença e das interações das espécies exóticas no Maciço da Pedra Branca.

### **As origens interativas das espécies exóticas**

Muitos trabalhos vêm demonstrando que florestas tidas como primárias podem ter sido intensamente manejadas pelo homem no passado (ADAMS, 1994; BALÉE, 2009). Um dos exemplos que melhor demonstram como a ação antrópica pode ser reconhecida é a presença de roças abandonadas por populações tradicionais, particularmente as populações caiçaras no Sudeste Brasileiro. As extensas áreas utilizadas preteritamente para cultivos de subsistência geraram florestas secundárias em diversos estágios de regeneração, alterando consideravelmente a composição, a estrutura e a funcionalidade originais da Mata Atlântica (OLIVEIRA, 2008).

Antigas roças e moradias também deixaram marcas na paisagem, que podem ser detectadas nos atributos da floresta que se sucede ao abandono dos plantios. A respeito da composição florística destes paleoterritórios, a presença de espécies exóticas introduzidas, ou mesmo de nativas

---

<sup>9</sup> Arena discursiva formada por organizações, especialistas, governo, sociedade civil e a mídia (FUKS, 2001).

domesticadas ou manejadas, constitui uma das interações mais evidentes deixadas pelas populações passadas nas florestas que se regeneraram. Estas são relativamente frequentes no interior da Mata Atlântica secundária do Maciço da Pedra Branca.

Introduzidas ou manejadas com as mais diversas finalidades (medicinais, rituais, alimentares), mais do que um simples vestígio material ou imaterial de populações passadas, estas espécies podem desempenhar uma importante resultante ecológica, seja na dinâmica das populações de outras espécies nativas, seja na ciclagem de nutrientes ou ainda na oferta de recursos para a fauna. A tabela 1 apresenta um conjunto de 27 espécies que ocorrem no interior das florestas do Maciço da Pedra Branca. Tratam-se de espécies que permaneceram no sistema ecológico após o abandono do uso das áreas por populações passadas.

Tabela 1 - Espécies não indígenas de origem histórica encontradas em trechos florestais secundários do Maciço da Pedra Branca, RJ.

nome vulgar	Espécie	origem provável	uso(s)	ambiente de ocorrência
abacate	<i>Persea americana</i> Mill.	América tropical	alimentar e medicinal	plantios abandonados/ bordas de florestas
abre-caminho	<i>Lygodium volubile</i> Sw.	América tropical	ritual	Interior das formações florestais
alfavaca	<i>Ocimum gratissimum</i> L.	África, Índia e Pacífico Sul	condimentar e ritual	sub-bosque de formações florestais e bordas
bambu-comum	<i>Bambusa tuldoidea</i> L.	Ásia	construção e artesanato	florestas secundárias, próximo a ruínas
bambu-mirim	<i>Philostachys aurea</i> (C. B. Cl.) Nash	Ásia	construção e artesanato	bordas de florestas
banana	<i>Musa paradisiaca</i> L.	Ásia	alimentar	borda e interior de florestas

## Tessituras

nome vulgar	Espécie	origem provável	uso(s)	ambiente de ocorrência
beijo-de-frade	<i>Impatiens walleriana</i> Hook. f.	África	ornamental	borda de florestas em áreas úmidas
cabaceira	<i>Crescentiacujete</i> L.	América Tropical	uso doméstico	Próximo a ruínas de casas
café	<i>Coffea arabica</i> L.	África	alimentar	antigos cultivos interior de florestas secundárias
caimito; abiu-roxo	<i>Chrysophyllumcaini</i> to L.	América Central e Antilhas	alimentar	antigos pomares florestas secundárias
cantaria	<i>Oeceoclades maculata</i> Lindl.	África	ritual	interior de florestas
capim-colonião	<i>Megathyrsusmaximus</i> (Jacq.) B. K. Simon & S. W. L Jacobs	África	forragem	extensas áreas de florestas, chegando às bordas
chuchu	<i>Sechium edule</i> (Jacq.) Sw.	América	alimentar	proximidade de ruínas de casas
comigo-ninguém-pode	<i>Dieffenbachiapicta</i> Schott.	América Central e Sul	ritual	ambiente de ruínas de casas
cana-do-brejo	<i>Costusspiralis</i> Rosc.	América do Sul	medicinal	interior de florestas
dracena; pau-d'água	<i>Dracaenafragans</i> K er-Gawl.	África	cercas e ritual	bordas de floresta e ruínas
espada-de-são-jorge	<i>Sansevieriatrifasciata</i> Prain	África	ritual	ruínas de casas
goiaba	<i>Psidiumguajava</i> L.	Brasil	alimentar	plantios abandonados em áreas ensolaradas
jaqueira	<i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Ásia	alimentar e madeira	escapada de cultivo, apresenta recrutamento em condições naturais.
laranja-da-	<i>Citrus aurantium</i> L.	Ásia	alimentar	plantios

nome vulgar	Espécie	origem provável	uso(s)	ambiente de ocorrência
terra				abandonados e formações secundárias
limão-galego	<i>Citrus aurantifolia</i> (Christem.) Swingle	Ásia	alimentar	antigos pomares e antigos quintais
lírio-do-brejo	<i>Hedychium coronarium</i> J. König	Ásia	medicinal e ritual	florestas alagadas
mangueira	<i>Mangifera indica</i> L.	Ásia	alimentar	antigos pomares; não apresenta recrutamento em condições de florestas
mexerica	<i>Citrus deliciosa</i> Ten.	Mediterrâneo	alimentar	antigos quintais
taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> (L.) Schott	América	alimentar	antigos quintais e bordas de floresta
trapoeraba	<i>Tradescantia zebrina</i> Hort. ex Bosse	América Tropical	ornamental	bordas de florestas
urucum	<i>Bixa orellana</i> L.	América Tropical	ornamental e condimentar	plantios abandonados/ florestas secundárias

Fonte: Adaptado de Oliveira e Silva (2011).

De um total de 27 espécies exóticas à flora do Maciço da Pedra Branca, apenas seis (22,3%) apresentam, nas condições locais, alguma tendência à invasibilidade de áreas florestadas (bambu-mirim, bambu-comum, capim-colonião, cana-do-brejo, jaqueira e trapoeraba). As demais 77,7% formam populações residuais e sem tendência à expansão, seja porque apresentam reprodução vegetativa (como o comigo-ninguém-pode, o pau-d'água, a espada-de-são-jorge ou a taioba) ou por outros motivos.

Ainda sob o enfoque da composição destas florestas secundárias no Maciço da Pedra Branca, uma marca significativa na paisagem diz respeito

à sua dimensão não-material. Um bom exemplo é a presença no interior de formações florestais de espécies ligadas a ritos afro-brasileiros, como a espada-de-são-jorge (*Sansevieria trifasciata*), pau-d'água (*Dracaena fragans*) ou comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia picta*). Estas espécies podem permanecer por longo tempo no interior da floresta e, em muitos casos, estão localizadas nas proximidades de ruínas de antigos quilombos. O tempo de permanência destas espécies nos ecossistemas florestais é variável, podendo ser encontradas em ruínas no interior de formações florestais bastante avançadas sucessionalmente.

Muitas destas espécies entram nas cadeias ecológicas e são submetidas às pressões seletivas ligadas à sua predação ou forrageamento pela fauna local. Um bom exemplo é o chuchu (*Sechium edule*). A partir do momento em que a espécie é abandonada nas taperas e a sucessão florestal se torna intensa, a mesma passa a se constituir um recurso significativo para a fauna (especialmente a mastofauna). A jaqueira também constitui uma espécie cujos frutos se tornam recurso significativo para a fauna nativa, que aos poucos vai integrando-a às suas redes alimentares.

### **A banana e o caqui: culturas exóticas na paisagem do Maciço da Pedra Branca**

Os bananais e caquizais se espalham pelas encostas florestadas do Maciço. Além de garantir o sustento dos agricultores e abastecer mercados locais, essas culturas acabam exercendo a função de demarcar no espaço, atualmente destinado à conservação, o controle da terra e posse dos moradores que reclamam ter chegado ali antes da criação do Parque.

A presença da atividade bananicultora foi retratada por Armando Magalhães Corrêa, em seu livro *O Sertão Carioca*, escrito em 1933, no qual dedicou um capítulo aos bananeiros e aos seus cultivos no maciço da Pedra Branca, no qual discorre sobre a variedade, tipo de solo ideal para o plantio,

condições climáticas e ao vendedor deste fruto – o bananeiro (DIAS, 2014, p. 33).

Devido à longínqua existência da banana não se pode afirmar com exatidão a sua origem, porém segundo Corrêa (1933), na Malásia e nas Filipinas a banana já era cultivada há mais de quatro mil anos. A banana é um fruto que se reproduz com facilidade em terreno úmido e de clima quente e preferencialmente íngreme, características que são encontradas no Maciço da Pedra Branca, e, aliás, em outras encostas da cidade, do estado, e mesmo nas demais regiões do país. Neste sentido, a banana, apesar de exótica, é uma espécie bastante típica na paisagem e nos hábitos alimentares brasileiros. Sua abrangência nacional no entanto tem gerado movimentos<sup>10</sup> de afirmação de suas especificidades de tamanho, formas de manejo e gosto conforme a sua origem e variedade.

A utilização de animais de trabalho para “puxar a banana” ou retirar o fruto dos sítios para serem comercializados, já aparece retratada em *O Sertão Carioca* e ainda hoje se constitui em meio de transporte essencial para o transporte de produtos no Maciço, dada a acuidade e a condição precária dos caminhos e estradas.

A cultura da banana no Maciço da Pedra Branca causa controvérsia entre biólogos, ambientalistas, geógrafos, agrônomos e outros. Considerada uma planta exótica, alega-se que a bananeira não deixa crescer nada entre os seus pés, abre clareiras na mata, altera a vegetação original e aumenta o risco de deslizamentos em encostas. Outros, contudo, consideram que a bananeira apesar de ser uma planta exótica já está estabelecida ali há muito tempo, sua cultura não tem se expandido, e do ponto de vista erosivo, seus efeitos são desprezíveis (FREITAS, 2003)<sup>11</sup>. Este autor conclui então que tais resultados deveriam ser levados em consideração para o

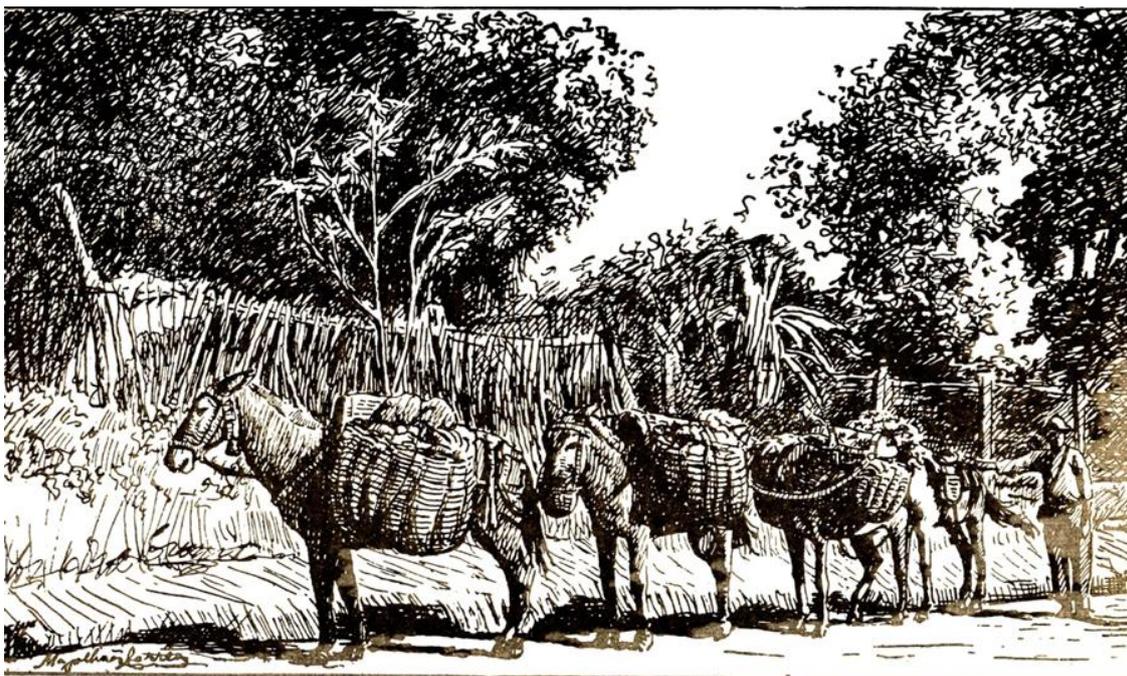
---

<sup>10</sup> Há um projeto relacionado à organização de um arranjo produtivo local (APL) da banana fluminense (LIMA, 2010) e indicação geográfica (do tipo denominação de origem) para a banana e o caqui, a banana e plantas medicinais da Pedra Branca (COSTA, 2014).

<sup>11</sup> Freitas (2003) ao comparar três áreas de encosta do Maciço da Pedra Branca: a) com presença de bananais, b) em estágio de regeneração e c) de floresta, constata que o risco de processos erosivos nos bananais são desprezíveis.

equacionamento de conflitos territoriais com as populações locais e que estas deveriam ser incorporadas aos projetos de conservação.

Figura 1 - A tropa de banana. Desenho em bico de pena feito por Armando Magalhães Corrêa em *O Sertão Carioca* (1933).



Fonte: Corrêa (1933, p. 145).

Os estudos do plano de manejo do PEPB (2013, p. 48) apontam para a não expansão dos cultivos agrícolas, em contraste com a pressão urbana crescente sobre os limites do parque. Algumas das localidades reconhecidas pela existência de cultivos agrícolas no PEPB, tais como a vertente de Vargem Grande, foram aquelas que também apresentaram índices elevados de regeneração da floresta<sup>12</sup>.

A AEI<sup>13</sup> **Vargem Grande** (grifo do autor) abrange pequenas áreas de restauração e de floresta em estágio inicial, e grande parte da sua extensão ocupada por florestas em

<sup>12</sup> Contribui para a recomposição florestal o fato de esta localidade estar situada na vertente sul e, portanto, por ser mais úmida do que a vertente norte.

<sup>13</sup> Área estratégica interna.

estágio médio ou avançado. Por ainda abrigar extensões relativamente grandes de florestas em estágio avançado foi parcialmente inserida dentro da zona de preservação da UC (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 48).

Mesmo não tendo áreas de favela nesta região, existem pequenos produtores rurais que vivem com menos de 1 salário mínimo e sem acesso à infraestrutura de água, luz, saneamento, saúde e educação. (...) As áreas de cultivo desta AEI são muito menores do que as da zona oeste e estão, predominantemente, associadas à cultura de banana, mas também ocorre o plantio de hortaliças. Dentre as áreas de ocupação antrópica encontra-se a comunidade da Astrogilda, onde ocorrem indícios da descendência quilombola, mas ainda sem confirmação<sup>14</sup> (RIO DE JANEIRO, 2013, p. 48).

A chamada zona de preservação, conforme consta na citação acima do plano de manejo, é considerada a área mais restritiva de uma UC. O que coloca novamente o impasse sobre os critérios de interpretação sobre o tema da permanência humana em UCs. Adota-se a tipologia pré-estabelecida do zoneamento dos roteiros metodológicos de planos de manejo<sup>15</sup> ou parte-se dos estudos ecológicos combinados com perspectivas históricas e antropológicas para o equacionamento desses conflitos?

Ao contrário dos bananais cuja existência neste território nos remete ao período da colonização, os caquizeiros chegaram ao Maciço da Pedra Branca, na década de 1950 (DIAS, 2014). Quem nos conta esta história é Seu Thiago, agricultor de origem portuguesa e morador do Rio da Prata<sup>16</sup> <sup>17</sup>e que apresenta o primeiro pé de caqui plantado nesta localidade. Segundo ele, as primeiras mudas chegaram ao Maciço trazido por seu pai (já falecido), que adquiriu alguns exemplares no bairro vizinho, Santíssimo, e plantou em seu sítio. As mudas doadas aos vizinhos logo se espalharam

<sup>14</sup> Em agosto de 2014 foram reconhecidas duas comunidades quilombolas no território do PEPB pela Fundação Palmares: o Quilombo do Camorim e o Quilombo Cafundá de Astrogilda, popularmente designado como Quilombo Vargem.

<sup>15</sup> “A zona de preservação (ZP) deve, preferencialmente, estar localizada no centro da UC, e estar sempre protegida pela zona de conservação. (...) Na ZP, as atividades humanas serão limitadas ao monitoramento, à fiscalização e à pesquisa exercida somente em casos especiais”, informa o roteiro metodológico para elaboração de planos de manejo do Instituto do Ambiente (2010, p. 54).

<sup>16</sup> Localidade do bairro de Campo Grande.

<sup>17</sup> Em depoimento a Dias (2014).

pelas demais propriedades e o cultivo do caqui se tornou uma das atividades agrícolas mais importantes do Maciço.

O caqui é uma espécie exótica originária da Ásia e seu nome é uma alusão à cor do fruto, que em japonês significa “amarelo escuro” (BRASILCULT *apud* DIAS, 2014). Enquanto a banana é plantada nas encostas sombreadas, o caqui é cultivado nas soalheiras, ou encostas ensolaradas, que anteriormente foram destinadas ao cultivo da laranja (MUSUMECI *apud* LEAL, 2005, p. 61). Também exótico, o caquizeiro perde grande parte de sua folhagem durante o inverno, diminuindo a cobertura vegetal. Sua safra vai de março a junho e envolve grande volume de trabalho e dedicação de um número maior de membros da família e trabalhadores pagos. É considerada a cultura mais rentável, justamente por concentrar-se em um período de três, quatro meses, permitindo ao agricultor a formação de um pequeno excedente.

Novos e emblemáticos sentidos têm sido atribuídos à cultura do caqui na Pedra Branca. O processo de ambientalização de valores (LEITE LOPES, 2004) vivido pelos agricultores estimulou muitos deles à conversão orgânica de sua produção e a afirmação da importância desta agricultura para a manutenção dos limites do Parque e para a produção de alimentos locais e livres de agrotóxicos. Pelo quinto ano consecutivo é organizado o Dia do Tira-Caqui, sempre no dia 21 de abril<sup>18</sup>, como um dia em que consumidores podem vivenciar o modo de vida dos agricultores e as dificuldades que envolvem seu trabalho. Por meio deste esforço de afirmação identitária na paisagem e no território, o caqui, assim como a banana, torna-se cada vez mais “nativo” na Pedra Branca.

Figura 2 - Colheita do caqui na localidade Rio da Prata.

---

<sup>18</sup> Incorporando a simbologia do feriado de Tiradentes e o trocadilho Tira-dentes/ Tira-Caqui.



Fonte: Roberto Costa (2007 - Arquivo Profito).

Na atualidade podemos observar uma tendência à especialização dos agricultores do Maciço no cultivo da banana e do caqui. Uma série de fatores está relacionada a esta tendência: os impedimentos ambientais para expandir e tecnificar seus cultivos<sup>19</sup>, a especialização em culturas com pouco manejo e menos exigência de trabalho de outros membros da família, a necessidade imposta pela crescente adesão aos padrões de consumo urbano, que estimula a comercialização de produtos com valor de troca para a aquisição de outros que não são produzidos pelos agricultores.

Ainda assim, encontramos uma alternatividade entre culturas de

<sup>19</sup> Em geral, os agricultores mantêm os cultivos sem expandi-los, mas a falta de infraestrutura, de melhores condições técnicas e a falta de mão-de-obra contribuem para que antigas roças sejam abandonadas e se convertam em mata. Uma vez que atingem determinado estágio evolutivo não podem mais ser roçadas, sob o risco de multas ambientais.

mercado e para o autoconsumo. Ou seja, existem produtos que, de acordo com a quantidade de produção, tanto podem ser comercializados quanto podem ser consumidos pela família. Historicamente, esta alternância tem sido um mecanismo importante para o equilíbrio das necessidades de subsistência e reprodução social da produção de base familiar.

Além do caqui e da banana, aipim, inhame rosa, tangerina, manga, abacate, acerola, limão, chuchu, quiabo, milho, batata-doce, abobrinha, taioba, fruta-pão, guandu, hortaliças são alimentos também cultivados no Maciço e comercializados quando possível.

A questão da diversidade de culturas e fartura é um ponto de inflexão na memória dos agricultores, que organiza a percepção do tempo. A criação do Parque aparece nos relatos como um impedimento para o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas e extrativistas. O relato de um casal de produtores também oscila entre o passado de fartura e o presente de maior necessidade dos produtos do mercado<sup>20</sup>.

Seu Enedino lembra que antigamente só era preciso comprar o sal, se fazia farinha e outros produtos... Sua esposa, Dona Marli, contudo, em outro momento, ao apresentar com orgulho suas plantações, afirma: 'se falta café tem chocolate, se falta carne tem ovo, se falta gás, tem lenha', chamando atenção para o fato de que a produção familiar ainda tem importante papel na manutenção da casa (FERNANDEZ, 2009, p. 237).

Podemos encontrar na obra *O Sertão Carioca* (1933) um precioso registro histórico deste campesinato e de suas atividades: o cultivo da banana, a pesca e atividades artesanais ligadas ao extrativismo ou dependentes dos recursos naturais disponíveis na região, como o trabalho das esteireiras que faziam uso da taboa, do junco e a tiririca recolhidos nos campos e lagoas; os cesteiros que se utilizavam cipó e o bambu em seus balaios, peneiras e jacás; os tamanqueiros que buscavam madeira leve para

---

<sup>20</sup> Cabe enfatizar que as alterações nas atividades agrícolas no Maciço não se devem apenas à criação do PEPB, mas a um conjunto de mudanças estruturais na economia, nos padrões de consumo e nos processos de evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, alterando o lugar desta pequena agricultura para o abastecimento da cidade.

fazer fôrmas de sapateiro, tamancos, colheres de pau, gamelas, etc; os cabeiros que retiravam das matas, troncos adequados para fabricar cabos para os instrumentos agrícolas e domésticos; os oleiros que produziam telhas, tijolos e vasos de cerâmica e muitos outros tipos. A especialização na construção de casas de pau-a-pique (GUIMARAENS e CAVALCANTI, 1984, p. 58) também era outra atividade bastante valorizada no *Sertão Carioca* e ainda hoje realizada.

Vianna (1992) também ressalta que os moradores mais pobres podiam ainda dedicar-se a explorar elementos do entorno pouco controlados pelos proprietários de terras, tais como o capim para forragem, a venda da areia de rio para construção, terra estrumada para plantações e jardins, e ervas para fins medicinais, religiosos ou decorativos.

De acordo com Sarmiento (1998), o autor de *O Sertão Carioca* descreve o homem em interação com o ambiente, estabelecendo certa tipificação organológica de acordo com suas atividades profissionais desenvolvidas no habitat. Mas, a despeito desta crítica, sua obra pode ser utilizada como um registro etnográfico do sistema agrícola local, uma vez que permite a compreensão integrada desses elementos, ao apresentar “os sertanejos”<sup>21</sup>, com suas técnicas, objetos, casas, suas lavouras, ritos, saberes e inúmeras outras atividades que são fruto de uma relação indissociável entre o homem e o ambiente.

Neste sentido, a paisagem percebida como um documento que expressa as marcas dos diferentes usos humanos na floresta é também uma paisagem incorporada pela experiência de vida e pelas dinâmicas do trabalho. Ela encontra-se na memória de seus moradores e na experiência cotidiana da atividade agrícola e outras que ali se desenvolvem e das relações de sociabilidade construídas neste território. De acordo com Esterici (1987, p. 100), “o ser morador implica também um período de maturação que tem a ver não apenas com o ciclo de desenvolvimento das plantas e edificações, mas com as próprias relações construídas no lugar”.

---

<sup>21</sup>Termo utilizado pelo autor para referir-se aos habitantes do Sertão Carioca.

Dona Marli, a quem nos referimos em citação anterior, além de agricultora, é poetisa e gosta de desenhar. Seu poema em conjunto com a sua ilustração da paisagem do Maciço da Pedra Branca expressam uma territorialidade construída a partir de uma dimensão simbólica e cultural do espaço vivido. Certas formas visíveis do espaço: as serras, seus caminhos íngremes, a natureza, as plantações de banana e os animais de transporte, compõem um sistema no qual Dona Marli se sente em casa. Também a referência ao controle da terra e a autossuficiência, traduzidos no “meu pedaço de chão” e “meu pão”. Os caminhos também são destacados como elementos que interligam a casa, o trabalho penoso na agricultura e a possibilidade de subsistência no PEPB (FERNANDEZ, 2009, p. 220).

Figura 3 - Desenho e versos da produtora e poetisa Dona Marli do Nascimento Rosa.



Gosto do meu pedaço de serra,  
 Gosto do meu pedaço de chão,  
 Planto a semente na terra,  
 Para colher o meu pão,  
 Quando cai a chuva,  
 Fica tudo enlameadinho,  
 Não tem asfalto,  
 Fica cheio de lama o caminho,  
 Mas nosso Deus, o nosso criador,  
 Nos abençoa com o seu grande amor.

A solidariedade entre os vizinhos, na oferta de alimentos (produtos do quintal e da lavoura não comercializados, animais de criação abatidos e os da caça<sup>22</sup>) e de préstimos também aparecem neste sistema que abrange os

<sup>22</sup> Trabalhamos aqui com os relatos sobre a caça realizada no passado.

homens, animais, plantas, o ambiente e também os seres espirituais. Embora existam distinções entre a mata, a lavoura, a casa, o quintal, existem entre eles relações de complementaridade e de integração muito diferentes das concepções conservacionistas marcadas pelo antagonismo entre os espaços de conservação e de produção. A mata neste sentido não é um espaço sem regras, mas classificado e interpretado de acordo com os mesmos princípios que regulam a vida social. Deste modo, deve-se entrar na mata com respeito, como se entra em casa alheia<sup>23</sup>. Como reminiscência dos cultivos abandonados nas taperas, já citados na seção anterior, alguns moradores se referem ao chuchu da grota como um alimento que qualquer pessoa pode pegar, porque não foi plantado por ninguém. Já outros alimentos cultivados pertencem àqueles que detêm o controle da terra.

Aliás, a disposição dos sítios e das casas é outro elemento importante para a construção de uma paisagem que conta a história de vida dessas pessoas e de seu habitar neste espaço ao longo do tempo: as famílias, os casamentos, a sucessão de terras que dá possibilidade de continuidade do trabalho agrícola de uma geração para outra. Neste sentido, ser nascido e criado no Maciço não significa manter-se na mesma casa e propriedade por todo o tempo. Assim são comuns os relatos: “eu nasci naquela casa, hoje é meu tio que mora lá”, “minha casa, foi herança de minha esposa”, “meu pai alugou de minha avó, depois comprou”, “aquele pedaço é meu, mas meu cunhado tem um bananal ali...”.

No Maciço da Pedra Branca, assim como em outras UCs de proteção integral, vive-se uma situação paradoxal<sup>24</sup>, em que a criação da área protegida contribuiu para sufocar as atividades agrícolas que já passavam por importantes restrições, mas acabou por preservá-la também do processo

---

<sup>23</sup> Dona Lila (já falecida) em entrevista, explica que ao entrar na mata é preciso pedir licença ao "capitão do mato".

<sup>24</sup> Esta contradição não ocorre apenas no PEPB. Na maioria dos parques existem conflitos de permanência humana fruto de uma política ambiental socialmente excludente. No entanto este processo fez com que a luta por direitos étnicos, territoriais e humanos encontrasse na agenda ambiental uma importante estratégia discursiva (MONTERO, 2012).

voraz de ocupação urbana que acontece no entorno da UC. Os agricultores, neste sentido, insistem em afirmar sua contribuição para a proteção dos limites do parque, sua colaboração no combate aos incêndios e controle sobre os usos sociais neste território.

Voltamos então à pergunta: como equacionar esta história? Como definir o que pode ou não existir nesses espaços? O reconhecimento desses ambientes como artefatos culturais e fruto de interações entre humanos e não humanos pode contribuir para novos enquadramentos deste problema. Essas novas possibilidades têm sido possíveis a partir de um longo debate e real enfrentamento sobre as formas de equacionar a desigualdade social e uso equilibrado dos recursos naturais. Uma série de tratados, legislações, relatórios, refletem esses avanços, mas citamos aqui e em referência ao caso brasileiro, o marco da Constituição de 1988 que “trata o ambiente, a cultura e a dignidade humana no mesmo plano hierárquico” (SATHLER, 2008, p. 1). O que procuramos demonstrar ao longo do artigo é que embora existam critérios objetivos para a classificação de humanos e não humanos que podem ou não permanecer em UCs, em ambos os casos, princípios jurídicos e ecológicos devem considerar valores, práticas e conhecimentos locais que “tornam nativos” plantas, homens e animais.

Recentemente, a perspectiva da agrobiodiversidade procura incluir no debate sobre a biodiversidade, o papel milenar da agricultura e da domesticação de plantas para a diversidade genética e produção de alimentos. Neste sentido, o sistema agrícola com todos os seus elementos - plantas e animais, objetos, alimentos e o espaço - conforma uma paisagem cultural<sup>25</sup> que é também merecedora de conservação e patrimonialização<sup>26</sup>,

---

<sup>25</sup> Termo que procura valorizar todas as formas de interação humanas e naturais na paisagem. Foi dotado pela Unesco em 1992 e pela Convenção Europeia em 2000. No Brasil, foi adotado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio da Portaria 127/2009.

<sup>26</sup>Juliana Santilli (2009), sócia fundadora do Instituto Socioambiental (ISA) e Promotora de Justiça do Distrito Federal, inclusive propõe a criação de uma nova categoria de UC, a reservas de agrobiodiversidade, destinada à conservação *in situ* dos parentes silvestres das plantas cultivadas e conservação *on farm* que estaria voltada ao manejo dinâmico e sustentável dos sistemas agrícolas.

seja pela sua engenhosidade, pela riqueza cultural, pela diversidade genética das espécies, pela reprodução social desses grupos em seus territórios e sobretudo, pela manutenção de modelos de produção de alimentos com baixos fluxos de energia e materiais necessários à reprodução das populações humanas, quando comparados com o modelo dominante de produção agrícola que se desenvolveu em escala global após a II Guerra Mundial. Deste modo, Schmitt (2011, p. 6) ao referir-se ao processo de realocização de alimentos destaca que, “a transição para novos formatos de produção, processamento e consumo de alimentos socialmente justos e ambientalmente sustentáveis, coloca em questão, portanto, as estruturas de poder que hoje governam o sistema agroalimentar”. Podemos pensar portanto que o sistema agrícola da Pedra Branca não é apenas um resquício cristalizado do antigo Sertão Carioca, tampouco é um parque sem gente, mas um espaço dinâmico de invenção de novos modelos socioprodutivos e de relações com a cidade.

### **Considerações finais**

Como se pode constatar, é muito amplo o espectro das resultantes relativas à relação entre os elementos humanos e não humanos na constituição das paisagens. Esta relação é constituída por duas vertentes bastante heterogêneas: pelo lado humano, a cultura, os valores e as relações sociais podem ser entendidos no contexto das intencionalidades humanas. Pluridiversas e mutantes ao longo da história, essas intencionalidades só se realizam na medida em que convivem e se misturam com o que não é humano (ABRAM, 1997).

Por outro lado, a vertente natural apresenta uma dinâmica ecológica própria, igualmente mutante ao longo do tempo. Esta dinâmica é formada por aspectos evolutivos, ecológicos e geomorfológicos, onde a adaptabilidade às mudanças constitui a mola mestra de sua funcionalidade ao longo do

tempo. Segundo Cabral (2014), torna-se cada vez mais difícil compreender tanto a natureza livre de processos sociais quanto entender a sociedade separada dos processos ecológicos, nas mais diversas escalas. Assim, a presença do contingente de espécies exóticas no interior do Parque Estadual da Pedra Branca, interagindo positiva ou negativamente com os seus processos ecológicos constitui um promissor campo de estudos voltados para a multidimensionalidade própria da paisagem, que podem incorporar tanto a sua manifestação ecológica como o registro cultural da milenar e atual interação do homem com a mesma.

Sob esta perspectiva, as paisagens híbridas das suas florestas e sistemas agrícolas abrigam modelos possíveis de conservação da natureza, a partir do reconhecimento dos processos de interação, adaptação e co-evolução entre homem e natureza. Fazendo uso de referenciais das Ciências Sociais, da Geografia, da História Ambiental e da Ecologia procuramos descrever a historicidade desta paisagem, assim como a historicidade dos critérios objetivos das legislações e estudos ecológicos que classificam plantas e homens como exóticos, invasores ou nativos em unidades de conservação.

Ao falarmos de populações nativas e de suas plantas manejadas ao longo do tempo, estamos falando do tema da permanência humana em UCs de proteção integral. Defendemos que este tema não deve ser tratado sob uma perspectiva meramente técnica ou do impacto ambiental, sob o risco de fazer desaparecer as formas históricas da desigualdade de apropriação dos recursos naturais por diferentes grupos sociais e de seus critérios locais para definir a experiência compartilhada em seu lugar.

### Referências bibliográficas

ABRAM, David. **The spell of the sensuous: perception and language in a more-than-**

human world. New York: Vintage Books, 1997.

ADAMS, Cristina. As Florestas Virgens Manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 10, n. 1, p. 3-20, 1994.

ALENCAR, Emanuel. Corte de palmeiras imperiais vira polêmica na Ilha Grande Inea derruba seis árvores exóticas em área de parque estadual. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/corte-de-palmeiras-imperiais-vira-polemica-na-ilha-grande-14651046>. Acesso em: 02 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Roça invisível: produtores rurais tentam sobreviver à falta de incentivos. 2013. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 jul. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/produtores-rurais-do-rio-tentam-sobreviver-falta-de-incentivos-9021943>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ARAUJO, João S. de P.; SILVA, Ângelo M. S. A palmeira imperial: da introdução no Brasil-Colônia às doenças e pragas no século XXI. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 62, n. 1, p. 26-28, 2010.

BALÉE, Willian E. Culturas de Distúrbio e Diversidade em Substratos Amazônicos. In: Embrapa (Org.). **As Terras Pretas de Índio da Amazônia: sua Caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: Embrapa Amazônia, 2009. p. 48-52.

BARRETO FILHO, Hênio T. **Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia**. 2001. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, [2001].

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CABRAL, Diogo de Carvalho. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 31, p. 139-154, 2014.

CORRÊA, Armando Magalhães. **O Sertão Carioca**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1933.

COSTA, Vanise B. **A indicação geográfica como ferramenta de valorização de território e proteção de comunidades locais com reputação de cultivo de plantas medicinais: o caso da região do Maciço da Pedra Branca - estado do Rio de Janeiro**. 2014. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Inovação) - Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, [2014].

CRUMLEY Carole L. Historical ecology: a multidimensional ecological orientation. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Historical ecology: cultural knowledge and changing landscapes**. Santa Fe: School of American Research Press, 1994, p. 1-16.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo:

Annablume/Hucitec, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos; NOGARA, Paulo. **O nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB/CEMAR/USP, 1994.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

DIAS, Márcia. Oliveira. **Paisagem cultural do Maciço da Pedra Branca**: a construção social de identidades em um território em disputa. 2014. 54 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, [2014].

DURKHEIM, Emile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Alberto (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1978. p. 183-203.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 141-161, jan.-jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Conservacionismo e políticas de desenvolvimento: o legado dos parques. In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JR, Horácio; TEISSERENC, Maria José A. (Org.). **Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **Do sertão carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca**: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. 2009. 373 f. Tese (Doutorado em Sociologia), - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [2009].

FREITAS, Marcelo M. de. **Funcionalidade Hidrológica dos cultivos de banana e territorialidades na paisagem do Parque Municipal de Grumari-Maciço da Pedra Branca – RJ**. 2003. 387 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [2003].

FUKS, Mário. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro**: ação e debate nas arenas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

GUIMARAENS, Dinah; CAVALCANTI, Lauro. Quem casa, quer casa: pau a pique em Vargem Grande. In: \_\_\_\_\_. **Morar**: a casa brasileira. Rio de Janeiro: Avenir Editores, 1984. p. 56-61.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; DIAS, Maria Cristina de Oliveira. Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 121-153, jan./jun. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

G1. IMAGENS mostram plantações ilegais de banana em parque ambiental no Rio. 2011. **G1**, 27 de maio de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/imagens-mostram-plantacao-ilegal-de-bananas-em-parque-ambiental-no-rio.html>. Acesso em: 25 jan. 2011.

LEAL, Pedro Fonseca. **Agricultores orgânicos do Rio da Prata (RJ)**: luta pela preservação social. 2005. 81 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, [2005].

LEITE LOPES, José Sérgio. Participação Pública e controle da poluição: a ambientalização dos conflitos sociais. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 35, n. 1, p. 20-30, 2004.

LIMA, Luiz C. Programa APL da banana no Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B56ydx7pgeQtNFV5WmduWUdPS28/edit?pli=1>. Acesso em: 12 abr. 2015.

MAFRA, Clara et al. A Antropologia como participante de uma grande conversa para moldar o mundo: entrevista com Tim Ingold. **Revista de Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 303-326, 2014.

MONTERO, Paula. Multiculturalismo, identidades discursivas e espaço público. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p.81-101, 2012.

NAVEH, Z. Whatisholisticlandscapeecology? A conceptual introduction. **Landscape and Urban Planning**, v. 50, p. 7-26, 2000.

OLIVEIRA, Rógerio R. When the shifting agriculture is gone: functionality of Atlantic Coastal Forest in abandoned farming sites. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 3: p. 213-226, 2008.

OLIVEIRA, Rogério R.; SILVA, Inês M. História da paisagem e paisagens sem história: espécies exóticas e nativas manejadas na Mata Atlântica. In: PEIXOTO, Ariane Luna; SILVA, Inês M. (Org.). **Saberes e usos de plantas**: legados de atividades humanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011. p. 69-92. v. 1.

PRADO, Rosane M. As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na ilha grande. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 205-224, 2003.

PRADO, Rosane; CATÃO, Helena. Fronteiras do manejo: embates entre concepções num universo de unidade de conservação. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 83-93, 2010.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Peiropólis, 2009.

SARMENTO, Carlos E. *Pelas veredas da capital: Magalhães Corrêa e a invenção formal do sertão carioca*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br). Acesso em: 12 abr. 2015.

SATHLER, Evandro B. *Populações residentes em unidades de conservação de proteção integral: a competência da lei (RJ) 2.393/95 para além do sistema nacional de unidades de conservação – SNUC*. In: **Anais do 12º Congresso Internacional de Direito Ambiental**. São Paulo: Instituto o direito por um planeta verde, p.705-722, 2008.

SCHIMITT, C. J. *Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos*. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 4-8, set, 2011.

SMOUT, T.C. **Environmental History**: selected essays. Edinburg Univ. Press, 2009.

SILVEIRA, Pedro C. B. *Híbridos na paisagem: uma etnografia de espaços de produção e de conservação*. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 83-98, 2009.

VIANNA, Hélio. **Baixada de Jacarepaguá**: sertão e zona Sul. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

Recebido em: 31/05/2015.

Aprovado em: 15/06/2015.

Publicado em: 30/06/2015.